

EDUCAÇÃO

Ex-secretário critica aluguel de salas em SP

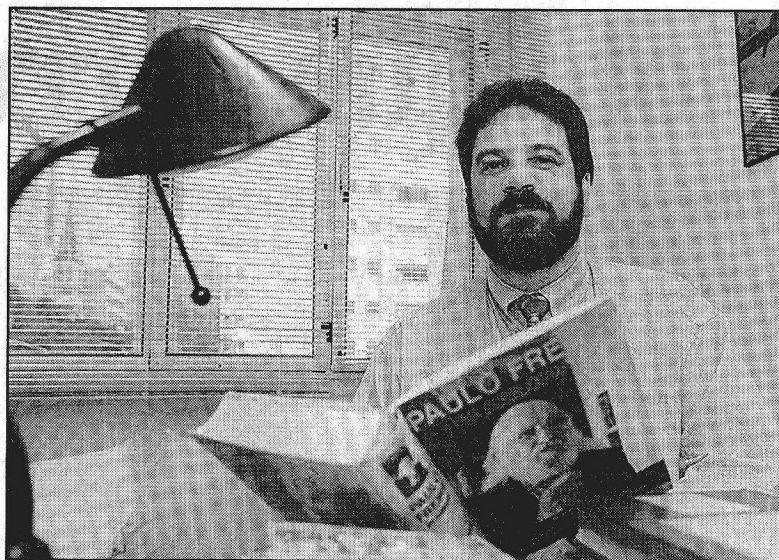
Segundo Mário Cortela, uso de espaço em escolas particulares é sintoma e não problema

LEONARDO TREVISAN

O ex-secretário municipal da Educação de São Paulo Mário Sérgio Cortela considerou a necessidade de a Prefeitura alugar salas de aula em escolas particulares um "sintoma e não o problema". Segundo o secretário da Educação na gestão Luisa Erundina, a construção de salas "constava da previsão orçamentária nas gestões Maluf e Pitta e isso não ocorreu". O ex-secretário acusa: "Para um governo com seis anos de duração, é possível construir escolas nos lugares em que se precisa delas, dispensando as caras salas emergenciais."

Para Cortela, se a Prefeitura cumpriu o que determinou o Tribunal de Contas do Município e a Lei Orgânica dos Municípios, repassando 30% das verbas orçamentárias para a Educação, "essa situação seria diferente".

Cortela também considerou "curiosa" a proposta do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensi-



Para Cortela, problema do ensino na cidade é físico e não pedagógico

MENESES REJEITOU PROPOSTA DE TERCEIRIZAÇÃO

no do Estado de São Paulo (Sieeesp). O problema não é o aluguel, afirmou – lembrando que o próprio prédio onde está localizada a Secretaria da Educação do município é alugado –, e sim que vagas em salas "reconhecidamente ociosas" de escolas particulares sejam alugadas à Prefeitura. Se as escolas particulares pretendem colaborar com a oferta de vagas para todos, insiste Cortela, essa colaboração não pode implicar custos para o municí-

pio.

Cortela explica que, pela estatística, o número total de vagas é até maior que o número de crianças em idade escolar. Porém, segundo ele, a educação paulistana tem um problema físico e não pedagógico, porque as crianças e as vagas "não estão no mesmo lugar". Cortela lembra que a demanda por vagas é "móvel, mas previsível".

Secretaria – O secretário municipal de Educação, João Gualberto de Carvalho Meneses, disse que a proposta de aluguel de salas em negociação com Sieeesp está com a assessoria técnica incumbida de

listar os locais onde há necessidade de vagas. Meneses insistiu não estar definido se as salas seriam alugadas ou cedidas gratuitamente: "Tudo será decidido caso a caso."

Meneses rejeitou a proposta de "terceirização" das vagas emergenciais. Para ele, a utilização seria exclusiva do imóvel da escola particular, mantido o projeto pedagógico e professores da Prefeitura. O secretário da Educação de São Paulo ressaltou que o Sieeesp funcionaria como "intermediário" nas negociações entre a escola municipal que precisa de vagas e a "possível" escola particular que teria espaço ocioso disponível para oferecer.

CPI – Durante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara (CPI) sobre a destinação de verbas para Educação, foi feito um levantamento das escolas que, desde 1992, estavam sendo orçadas e não tinham sido construídas ao longo do período 1992/98. A necessidade de construção dessas escolas foi detectada pela Comissão Permanente de Atendimento da Demanda Escolar, que funcionava nas Delegacias Regionais de Educação Municipal. Essa comissão foi desativada em 1993 no início da gestão Maluf. Desde então, a secretaria não sabe qual a demanda nova de vagas e constrói salas emergenciais todos os anos. (Colaborou Juliana Junqueira)